

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRIMEIRA-SECRETARIA

Ofício 1ªSec/RI/II/nº 1738 /2018

Brasília, 19 de janeiro de 2018.

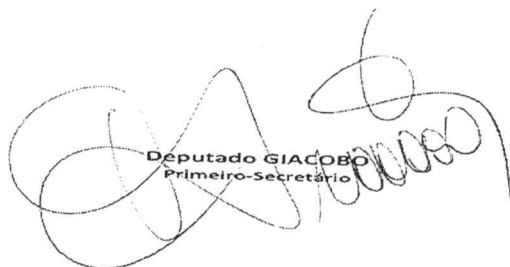
Exma. Senhora Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
Deputada SHÉRIDAN
Gabinete 246 – Anexo 2

Assunto: **resposta a Indicação**

Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Aviso nº 55/C.Civil/PR, de 17 de janeiro de 2018, da Casa Civil da Presidência da República, em resposta à **Indicação nº 4.086 de 2017**, de autoria dessa Comissão.

Atenciosamente,


Deputado GIACOBO
Primeiro-Secretário



00023.001609/2017-94

Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Protocolo Central da Presidência da República

Brasília, 20 de dezembro de 2017.

Ao Protocolo da SAG

Assunto: **Indicação Parlamentar (INC) Nº 4.086/2017, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER).**

1. Encaminhamento do Ofício Nº 552/2017/AFEPAR-MJ.

GLAUCE PEREIRA DA SILVA
Especialista



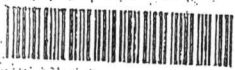
Documento assinado eletronicamente por **Glauce Pereira da Silva, Especialista (GR II)**, em 20/12/2017, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0440302** e o código CRC **36443D3B** no site:
(https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 00023.001609/2017-94

SEI nº 0440302



5622483

08027.000906/2017-94



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS FEDERATIVOS E PARLAMENTARES (AFEPAR)

Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T, Edifício Sede

70064-900 - Brasília-DF

(61) 2025.3000 - www.justica.gov.br

Ofício n.º 552/2017/AFEPAR-MJ

Brasília, 18 de dezembro de 2017.

A Sua Senhoria a Senhora

GISELLE SANTA CRUZ SILVA

Chefe de Gabinete

Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala 414 - Praça dos Três Poderes

70150-900 - Brasília - DF

Assunto: Indicação Parlamentar (INC) n.º 4.086/2017, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER).

Referência: Ofício-SEI n.º 1172/2017/AS/INC/SAG/CC-PR, de 24 de novembro de 2017.

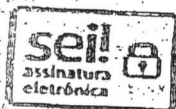
Senhora Chefe de Gabinete,

1. Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a V. Sª a documentação anexa, em resposta à Indicação Parlamentar (INC) n.º 4.086/2017, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados (CMULHER/CD).

Atenciosamente,

SÍLVIO A. M. STARLING

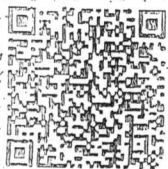
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIO A. M. STARLING**, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, em 19/12/2017, às 17:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto n.º 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador 5622483 e o código CRC 29...

https://sei.mj.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=6649580&infra_sistema=1/2



O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/ acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

ANEXO

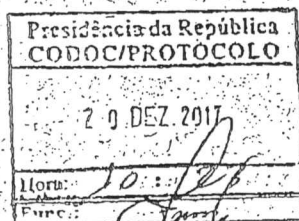
1. Nota Técnica nº 93/2017/AFEPAR (5596026);
2. Ata da 7ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CONATRAP (5507425); e
3. OFÍCIO-Nº 526/2017 - DPU/GABDPGF DPGU (5511769).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000906/2017-94

SEI nº 5622483

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 408 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF,
CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9001 Site: - www.justica.gov.br





5596026



08027.000906/2017-94

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

Nota Técnica nº 93/2017/AFEPAR

PROCESSO Nº 08027.000906/2017-94

INTERESSADO: Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados (CMULHER).**REFERÊNCIA:** Indicação Parlamentar (INC) nº 4.086/2017 e Ofício-SEI nº 1172/2017/AS/INC/SAG/CC-PR, de 24 de novembro de 2017.**1. INTRODUÇÃO**

1.1. Esta Nota Técnica (NT) tem como objetivo analisar, consolidar e sistematizar as informações prestadas pelas Unidades a seguir mencionadas, acerca da Indicação Parlamentar (INC) nº 4.086/2017, visando à formalização de resposta à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República:

- a) Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), e
- b) Defensoria Pública da União (DPU).

2. SUMÁRIO

2.1. Trata o presente processo da Indicação Parlamentar (INC) nº 4.086/2017, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), apresentada ao Plenário da Câmara dos Deputados, em 31/10/2017, e encaminhada ao Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em 24/11/2017 (5505238).

2.2. A Comissão sugere ao Ministro da Justiça e Segurança Pública "a inclusão da Defensoria Pública da União como membro permanente do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap)".

2.2.1. Em sua argumentação, a CMULHER destaca o "importante e estratégico papel exercido pelo Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap) na Gestão Integrada da Política Nacional de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e na articulação da Rede Nacional, sobretudo pela sua composição plural [...]". Contudo, a Comissão também aponta o fato de que a Defensoria Pública da União não possui assento permanente no Conatrap.

2.3. Consultadas, as Unidades se manifestaram da forma como segue:

a) a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), por meio do Memorando nº 2302/2017/GAB-SNJ/SNJ (5528330) e de minuta de ofício (5506446), informa que a sugestão apresentada pela

CMULHER foi objeto de discussão e deliberação pelo Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 31 de maio de 2017. Na ocasião, a Defensoria Pública da União (DPU) esteve presente, defendendo o mesmo pleito, mas o colegiado "*deliberou pelo acolhimento do pedido da DPU na condição de convidada permanente com direito a voz assim como ocorreu em 2014 com o MPF [Ministério Público Federal] e MPT [Ministério Público do Trabalho]*". Nessa condição, a DPU está hoje representada no Conatrap pelos Senhores Defensores Públicos Dra. Vivian Netto Machado Santarém (Titular) e Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães (Suplente) - 5511769.

b) a **Defensoria Pública da União (DPU)**, por meio de mensagem eletrônica, declara ter interesse em integrar o Conatrap, na condição de membro permanente, acrescentando que a instituição possui grupo de trabalho dedicado ao tráfico de pessoas e questões afins, com atuação também permanente. Por fim, a Defensoria esclarece que "*concorda e apoia a indicação legislativa*".

3. ANÁLISE

3.1. As informações prestadas pelas Unidades consultas são suficientemente esclarecedoras, e, salvo melhor juízo, abrangem o escopo da INC nº 4.086/2017.

3.2. O prazo para envio da manifestação do MJSP à Casa Civil da Presidência da República é até 26/12/2017, nos termos do supramencionado Ofício-SEI nº 1172/2017/AS/INC/SAG/CC-PR.

4. CONCLUSÃO

4.1. Ante o exposto, submeto à aprovação da presente NT ao Coordenador-Geral e ao Assessor Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, com a sugestão da minuta de Ofício anexa (5596032), para análise e assinatura do Chefe de Gabinete.

(assinado eletronicamente)

DÁRIO M. ROCHA
EPPGG

5. APROVAÇÃO

5.1. Aprovamos a presente NT e a respectiva minuta de ofício.

(assinado eletronicamente)

LUCAS GÓES
Coordenador-Geral de Assuntos Federativos e Parlamentares

(assinado eletronicamente)

JOÃO LUIZ P. C. M. DE OLIVEIRA
Assessor Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares



Documento assinado eletronicamente por Darío Machado Rocha, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, em 12/12/2017, às 18:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GOES, Coordenador(a)-Geral de Assuntos Federativos e Parlamentares, em 15/12/2017, às 16:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



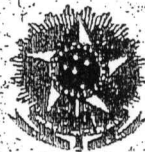
Documento assinado eletronicamente por JOÃO LUIZ PINTO COELHO MARTINS DE OLIVEIRA, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, em 18/12/2017, às 11:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador 5596026 e o código CRC 90337D42.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

Referência: Processo nº 08027.000906/2017-94

SEI nº 5596026



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ata da 7ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE
ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (CONATRAP)

Brasília/DF.

31 de maio de 2017

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conatrap

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezessete, no Shopping ID, 2º andar, Torre A, Sala 210 (Sala de Treinamento Ana Paulo Galdino), Brasília, DF, foi realizada a 7ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), instituído pelo Decreto nº 7.901, de 4 de fevereiro de 2013, órgão da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça. A reunião foi aberta pela senhora Alessandra Xavier, Diretora Adjunta do Departamento de Políticas de Justiça (DPJUS) do Ministério da Justiça, que deu as boas-vindas a todos e passou a palavra ao Dr. Jorge da Silva (Diretor do DPJUS) que ao dar as boas-vindas lembrou da militância em Direitos Humanos em sua carreira, justificou a ausência a princípio do Secretário Nacional de Justiça (Dr. Astério Pereira) que estava na posse do novo Ministro da Justiça o Dr. Torquato Jardim, além de ressaltar a importância do CONATRAP desejou que o dia fosse profícuo a todos. A Dra. Alessandra retoma a palavra e apresenta a equipe da SNJ: Renata, Carlos, Fernanda, Natasha, Johnes, Celva e Marina. Apresentação dos demais membros do Conatrap: Adilson de Carvalho (Conatrae), Anita Monteiro (SPM), Daniela Muscari (DPU), Daniela Rosa (DPF), Dalila Figueiredo (Asbrad), Daya Almeida (ICMPD), Eliane Souza (CNPJR), Elias de Sousa (SDH), Érica Kaifer (OIM), Fernanda Fuentes (UNODC), Graça Gadelha (Aliança), Graziella Rocha (Consultora UNODC), Irene (CNPJR), Jeanete Mazieiro (CNDM), Jeanne de Souza (RNPETP), João Akira (MPF), Leila Silva (Postos), Liliame Amorim (Senap/Conasp), Lucimara Cavalcante (Conanda), Maria Ione Menezes (UNIT), Marcos Guerra (MTUR), Maurício Brito (MPT), Patrícia Ponte (MPF), Rosângela Santos (CNAS), Rosileide da Silva (CNTur) e Tathiane Araújo (CNDL-GT). Com a suficiência de quórum, foram abertos os trabalhos. Alessandra Xavier (Diretora Adjunta DPJUS) falou sobre a dificuldade de realização da reunião em razão de orçamento e mudanças na gestão. Lembrou que a política não parou, com encontros e capacitações. As reuniões anteriores foram focadas na construção do regimento interno, mas agora o foco é retomar a atenção nas políticas. Neste momento com a palavra a servidora da CETP Natasha Mercado justificou as ausências das entidades, Só Direitos, Trama, Astral e Rede Feminista, lendo as comunicações enviadas pelas entidades à CETP. Houve a leitura da pauta, sem nenhuma manifestação contrária, a conselheira Dalila questionou a leitura da ata da última reunião. Alessandra (Diretora Adjunta DPJUS) respondeu sobre as atas anteriores e fala da presença de novos membros passando a palavra para a coordenadora Renata Braz. Ela informou que ao assumir a coordenação se deparou com diversos materiais dentre eles o Sumário executivo da VI Reunião, contudo mencionou que não tinha certeza se o documento tinha sido circulado com os demais membros. Diante da negativa de conhecimento sobre o sumário executivo, e tendo em vista que o material é muito extenso (106 páginas) pactuou-se o envio para todos os membros para que se proceda a leitura e avaliação e sua aprovação condicionada para a próxima reunião. Abordou que na última reunião do Conatrap também localizou registro de que para a eleição dos novos membros da sociedade civil para o próximo biênio, havia sugestão que se criasse uma subcomissão para tratar da pauta. A eleição será tratada em reunião exclusiva em função da importância do tema. No Conatrap existem 4 comissões, com um coordenador cada. Fez referência aos convidados, MPF, MPT e DPU, sendo este com interesse de assento permanente no Conatrap e na Tripartite. Informou a todos presentes que em suas pastas havia cópia do ofício da DPU que solicitava a entrada do órgão neste coletivo. Passou a palavra a Dra Daniela Muscari (DPU) representante presente da DPU que apresentou a atuação

77 do órgão no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas principalmente na assistência as vítimas e
78 atendimento jurídico. Daya Almeida (ICMPD) fez um agradecimento a DPU pelo atendimento
79 de um caso em PE. Dalila Figueiredo (Asbrad): também fez referência ao excelente trabalho da
80 DPU. Lucimara Cavalcante (Conanda): indagou a possibilidade dessa pauta ser sobre a
81 participação da DPU ser decidida naquele mesmo dia. Adilson de Carvalho (Conatrae): reforçou
82 a participação da DPU no auxílio jurídico nas atividades do Conatrae. Tathiane Araújo (CNDC-
83 LGBT): questionou os critérios de seleção para ingresso no Conatrap no Regimento Interno.
84 Renata Braz (Coordenadora ETP do MJ): sugeriu o acolhimento do pedido da DPU hoje na
85 condição de Convidada permanente e que na próxima reunião após o estudo do Regimento do
86 CONATRAP verificariam se permaneceria como convidado permanente ou membro efetivo,
87 tendo em vista a necessidade de paridade entre governo e sociedade civil neste coletivo. Informou
88 que irá encaminhar um ofício para atualização dos membros titulares e suplentes e indicação de
89 um membro para participação no seminário internacional em agosto. Lembrou que a política de
90 enfrentamento ao tráfico de pessoas continuou, mesmo com a interrupção das reuniões do
91 Conatrap, tendo como exemplo a lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016. Dalila Figueiredo
92 (Asbrad): informou que fizeram um trabalho de tradução da lei para 3 línguas (inglês, espanhol
93 e inglês), e disponibilizou alguns exemplares, neste momento Renata Braz (Coordenadora ETP
94 do MJ) informou que seria possível disponibilizar estas versões traduzidas da lei nos canais de
95 comunicação da coordenação. Tathiane Araújo (CNDC-LGBT): solicitou a revisão das
96 indicações das instituições da sociedade civil no Conatrap. Renata Braz (Coordenadora ETP do
97 MJ): esclareceu que os membros foram eleitos há 4 anos, e que a intenção é que se discuta na
98 próxima reunião o formato desta eleição. Graziella Rocha (Consultora UNODC): explicou que
99 estava presente na coordenação de enfrentamento ao tráfico de pessoas no momento que foram
100 realizadas as eleições dos membros da sociedade civil para o Conatrap, explicitou que houve
101 chamada pública ressaltando que para a composição atual teve ampla participação da sociedade
102 civil. A entidade tinha que mostrar alguns requisitos como relatório de atividades dos 3 últimos
103 anos e ata da diretoria, sendo todo o processo via internet. A ideia é que assim houvesse mais
104 participações das entidades, inclusive daquelas que não teriam orçamento disponível caso o
105 processo eleitoral fosse presencial em Brasília. Tathiane Araújo (CNDC-LGBT): questionou a
106 metodologia de eleição quanta a representatividade. Rosângela Santos (CNAS): questionou a
107 necessidade de comunicação e encaminhamento prévios das discussões a serem realizadas nas
108 reuniões. Dalila Figueiredo (Asbrad): reforçou a necessidade de participação social e renovação
109 nas eleições do Conatrap. Jeanete Mazieiro (CNDM): sugeriu que as reuniões não realizadas
110 sejam atualizadas. O Dr. Maurício Brito (MPT) reforçou a necessidade de atuação na semana de
111 mobilização. Alessandra abriu as apresentações sobre as ações da CETP e solicitou que Daya
112 Almeida (ICMPD) falasse um pouco sobre o trabalho do MT Brasil. Ela manifestou que por meio
113 deste projeto esteve presente em ações de fronteira tanto no Norte e Sul do país. E destacou que
114 perceberam as problemáticas distintas como no Oiapoque a questão de exploração sexual e em
115 Uruguaiana exploração laboral. Dalila Figueiredo (Asbrad): falou do trabalho da Asbrad nas
116 fronteiras e reforçou a ideia de fortalecer a fronteira, pensando na construção de ações
117 permanentes para o ETP. Sugeriu criar uma relação de confiança com o Exército e a Marinha.
118 Elogiou a PNETP. Daya Almeida (ICMPD): ressaltou a importância de monitoramento e
119 avaliação para as atividades e sugere convidar uma expertise na área. Lucimara Calvacante
120 (Conanda): perguntou a Daya se nos municípios teve comprometimento de gestores para realizar
121 as ações pactuadas ou se foi só um curso de capacitação. Daya Almeida (ICMPD): disse que do
122 seu conhecimento não houve acordo de gestores, somente o curso de capacitação. Alessandra
123 Xavier (Diretora Adjunta do DPJUS): abordou as ações que surgiram da Carta Acordo com o

124 UNODC, como a avaliação do II PNETP, construção do III PNETP e o relatório de dados
125 nacionais de 2014 a 2016. Diante da ausência da Embaixadora Márcia Loureiro que iria explanar
126 sobre a CPLP, Renata Braz comentou sobre a CPLP, sendo que esse ano o Brasil é o presidente.
127 A reunião de Ministros da CPLP será em junho e os países aderirão a campanha do Coração
128 Azul. Érica Kaifer (OIM) e Fernanda Fuentes (UNODC) explicaram o que é o GLO-ACT, cujo
129 objetivo é fortalecer as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes.
130 Anita Monteiro (SPM): informou que precisa de 45 dias para participar dos eventos e da destacou
131 a importância de ter essas informações do Gloact e da UNODC por algum meio para subsidiar
132 esses dados. Enfatiza como a questão de gênero é transversal. Daniela Muscari (DPU): entende
133 que a padronização de ações pode ajudar, como os fluxos de atendimentos as vítimas. Dalila
134 Figueiredo (Asbrad): reforçou a necessidade de atuação conjunta dos órgãos e do Conatrap,
135 como, por exemplo, as mulas do tráfico. Alessandra (Diretora Adjunta do DPJUS) e Daya
136 Almeida (ICMPD): apresentaram o projeto JTIP em parceria com ICMPD. Renata deu um
137 informe sobre passagens e diárias. Assim encerraram-se as atividades da manhã. Iniciando os
138 trabalhos da tarde, o Dr. Akira pediu uma intervenção para incluir na pauta a discussão sobre a
139 portaria 374, de 3 de maio de 2017, do MJ, que cria uma série de obrigações que segundo ele
140 dificulta o atendimento migrantes, menciona que a resolução normativa 122 do CNIG era mais
141 simples e que deveria ser acatada pelo MJ. Renata Braz perguntou se poderiam discutir esta
142 proposta de recomendação na próxima reunião, mas os membros se manifestaram que a
143 deliberação deveria ser no mesmo dia. Eliane Souza (CNPIR): propôs a deliberação de uma
144 recomendação de revogação da Portaria 374. Dalila Figueiredo (Asbrad): relatou que a situação
145 que afeta os indígenas da região de Pacaraima, em situação de tráfico. Rosângela Santos (CNAS):
146 expressou apoio a recomendação e reforçou a emergência no atendimento das pessoas na região.
147 Leila Silva (Postos): colocou os postos de enfrentamento ao TP à disposição para auxiliar na
148 recomendação e relatou dificuldades na assistência também em Manaus. Também pediu apoio a
149 garantia de direitos para as vítimas de exploração sexual, em especial para o grupo LGBT. Sendo
150 assim, tanto o DR. Akira como a Leila representante dos Postos se dirigiram ao computador para
151 minutarem a recomendação a ser encaminhada ao Ministério da Justiça. Dando sequência à
152 reunião, Graziella Rocha (Consultora UNODC): falou sobre a avaliação do II PNETP, falou
153 sobre o histórico de construção do II PNETP e apresentou a consulta pública de avaliação do II
154 PNETP (que está aberta até dia 12 de junho). Graça Gadelha (Aliança): questionou a plataforma
155 em que a consulta foi feita e que entendeu como poucas as perguntas sobre a avaliação, além de
156 ter alertado sobre possíveis problemas na extração dos dados da consulta. Renata Braz
157 (Coordenadora ETP do MJ): informou que antes da consulta foram realizadas reuniões com a
158 CGTI para definir a plataforma e que as perguntas abordam os eixos da II PNETP. Renata sugeriu
159 que pode ser feito um pré-resultado junto com a equipe de TI, também informou que a consulta
160 pública é somente um dos instrumentos de avaliação da II PNETP. Sobre o seminário
161 internacional, Renata informou que ele representa uma das metas do II PNETP e faz parte das
162 ações do GLO-ACT, sendo um espaço de avaliação do II PNETP, construção do III PNETP e
163 capacitação da rede. O seminário deve ocorrer nos dias 1º e 2 de agosto e o encontro da rede será
164 no dia 3 de agosto, e deve contar com cerca de 120 pessoas. A participação do Conatrap para
165 além da sua presença, será pela escolha de 17 entidades para o evento, sendo que 7 serão
166 custeadas pelo MJ, e deverão ser encaminhadas até o dia 16 de junho, sendo a escolha realizada
167 pelos coordenadores das comissões. Também poderão ser encaminhadas contribuições para a
168 programação do seminário até o dia 16 de junho também. Nesse momento foram lembradas as
169 comissões do Conatrap. A indicação das entidades no seminário internacional seguirá os
170 seguintes critérios mínimos: a) especialistas em tráfico de pessoas e contrabando de migrantes;

171 b) regionalidade (2 de cada região), assim houve uma alteração na quantidade de indicações que
172 serão custeadas pelo MJ, de 7 inicialmente passou-se para o número de 10 entidades. Alessandra
173 Xavier (Diretora Adjunta do DPJUS): propôs a realização da próxima reunião do Conatrap no
174 1º dia do seminário, no período da noite, e a terceira reunião nos dias 26 e 27 de outubro, o que
175 foi accito. João Akira (MPF): apresentou a recomendação sobre a Portaria 374. O Secretário
176 Astério se desculpou pela ausência no período da manhã e lembrou a importância dessa reunião
177 para os direitos humanos, enfatizou que o foco deve ser no indivíduo, promoveu a pauta de ETP
178 como causa humanitária e acrescentou que os trabalhos do MJ continuam e que seu gabinete está
179 aberto aos pleitos. Eliane Souza (CNPIR): agradeceu a menção aos indígenas nas preocupações
180 do Conatrap. João Akira (MPF): explicou ao Secretário as razões da recomendação pela
181 revogação da Portaria 374. A recomendação foi posta em votação e aprovada. O Secretário
182 Astério agradeceu a recomendação e disse que o MJ já está trabalhando nesse sentido. Carlos
183 Chagas fez a leitura dos encaminhamentos. Alessandra agradeceu a realização da reunião e a deu
184 como encerrada. Desejou bom retorno a todos e nada mais havendo a tratar, encerrou a 7ª Reunião
185 Ordinária do Conatrap.

186
187 Brasília, 31 de maio de 2017.

188
189 **Maria Fernanda Jorquera Briceño**
190 **Secretária Executiva do Conatrap.**

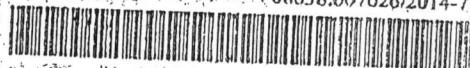
27/07/2017

SEI/DPU - 1961847 - Ofício Nº Informado: 08000.046455/2017-30

1961847v2



08038.007026/2014-77



DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO

Sector de Autarquias Norte - SAUN, Quadra 05, Lote C, Bloco C, Centro Empresarial CNC - Bairro Asa Norte - CEP/70040-250 - Brasília - DF -
<http://www.dpu.gov.br/>

OFÍCIO - Nº 526/2017 - DPU/GABDPGF DPGU

Brasília, 26 de julho de 2017.

A Sua Senhoria o Senhor

ASTÉRIO PEREIRA DOS SANTOS

Secretário(a) Nacional de Justiça e Cidadania

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 424 - Bairro Zona Cívico Administrativa
70064-900 - Brasília/DF

Assunto: Indicações - II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08038.007026/2014-77

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício nº 167/2017/GAB-SNJ/SNJ/MJ, ao passo em que informo a Vossa Senhoria que a Defensora Pública Federal Dra. Vivian Netto Machado Santarém (vivian.santarem@dpu.def.br), atual Coordenadora do Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Defensoria Pública da União (DPU), já integra o Grupo Interministerial de Monitoramento do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, solicito a inclusão do Secretário-Geral de Articulação Institucional da DPU, Dr. Francisco de Assis Nascimento Nóbrega (francisco.assis@dpu.def.br) como suplente no referido Grupo, em substituição ao Dr. Bruno Vinícius Batista Arruda, atualmente designado como suplente. No tocante à composição da CONATRAP, indica-se como titular a Defensora Pública Federal Dra. Vivian Netto Machado Santarém e como suplente o Defensor Público Federal Dr. Leonardo Cardoso de Magalhães.

Sem mais para o presente, renovo os votos de elevada estima e consideração.

THIAGO AGUIAR PEIXOTO

Chefe de Gabinete do Defensor Público-Geral Federal



Documento assinado eletronicamente por Thiago Aguiar Peixoto, Chefe de Gabinete Substituto do Defensor Público-Geral Federal, em 26/07/2017, às 20:13, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://www.dpu.def.br/sci/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador 1961847 e o

http://sei.dpu.def.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000002038762&infra_sistema... 1/2

27/07/2017

:: SEI / DPU - 1961847 - Ofício Nº Informado ::



código CRC 7CB2FD5A.